

Disciplina: Controle Judicial de Políticas Públicas
Carga horária: 40 horas/aula

EMENTA: Administração Pública. Políticas públicas: conceito. Políticas públicas como instrumento para atingir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil; A separação dos Poderes no Estado Democrático de Direito. O controle jurisdicional do mérito do ato administrativo. O controle jurisdicional de políticas públicas como controle da constitucionalidade. A Constituição como fonte primária e acabada de algumas políticas públicas versus a necessária intervenção do Legislativo ou do Executivo para sua definição. Direitos imediatamente judicializáveis: o núcleo dos direitos sociais, ou mínimo existencial?. A efetividade do controle e a intervenção do Judiciário em políticas públicas. Os limites à intervenção. A razoabilidade e a reserva do possível.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Gregório Assagra de, Direito Processual Coletivo brasileiro, São Paulo: Saraiva, 2010.

APPIO, Eduardo, Controle judicial das políticas públicas no Brasil, Curitiba, Juruá, 2005.

BARCELLOS, Ana Paula de. A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais. O princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BINENBOJM, Gustavo. A nova jurisdição constitucional brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal: pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BUCCI, Maria Paula Dallari. As Políticas e o direito administrativo, Revista trimestral de direito público, São Paulo: Malheiros Editores, 1996.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário, in: O processo ? Estudos e Pareceres, São Paulo: Editora DPJ, p. 36-57, 2ª ed., 2009.